

FELIX MARTIN

# Dinheiro

*Uma biografia não autorizada —  
Da cunhagem à criptomoeda*

**TRADUÇÃO**

André Fontenelle



Copyright © 2013 by Failu Ltd.  
Venda permitida apenas em território nacional.

A Portfolio-Penguin é uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

PORTFOLIO and the pictorial representation of the javelin thrower are trademarks of Penguin Group (USA) Inc. and are used under license. PENGUIN is a trademark of Penguin Books Limited and is used under license.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

TÍTULO ORIGINAL Money: The Unauthorised Biography — From Coinage to Cryptocurrencies

CAPA Evan Gaffney

PROJETO GRÁFICO Tamires Cordeiro

PREPARAÇÃO Mariana Delfini

ÍNDICE REMISSIVO Probo Poletti

REVISÃO Ana Maria Barbosa e Valquíria Della Pozza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Martin, Felix

Dinheiro : Uma biografia não autorizada : Da cunha-  
gem à criptomoeda / Felix Martin ; tradução André Fon-  
tenelle. — 1ª ed. — São Paulo : Portfolio-Penguin, 2016.

Título original : Money : The Unauthorised Biograp-  
hy : From Coinage to Cryptocurrencies.

ISBN 978-85-8285-030-5

1. Dinheiro – História I. Título.

---

16-04053

CDD-332.49

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Dinheiro : História 332.49

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.portfolio-penguin.com.br

atendimentoaoleitor@portfolio-penguin.com.br

## SUMÁRIO

---

1. O que é o dinheiro? 9
2. A medida do dinheiro 43
3. A invenção do valor econômico pelos egeus 65
4. Soberania financeira e insurreição monetária 83
5. O nascimento dos juros 101
6. A história natural da lula-vampira-do-inferno 119
7. O grande acordo monetário 135
8. As consequências econômicas do sr. Locke 151
9. O dinheiro através do espelho 169
10. As estratégias dos céticos 185
11. Soluções estruturais 203
12. *Hamlet* sem o príncipe: como a economia se esqueceu do dinheiro... 227
13. ... e por que isso é um problema 251
14. Como transformar gafanhotos em abelhas 273
15. As medidas mais ousadas são as mais seguras 297
16. Levando o dinheiro a sério 315

|                                   |     |
|-----------------------------------|-----|
| <i>Agradecimentos</i>             | 335 |
| <i>Notas</i>                      | 337 |
| <i>Referências bibliográficas</i> | 367 |
| <i>Créditos das imagens</i>       | 381 |
| <i>Índice remissivo</i>           | 383 |

---

CAPÍTULO 1

# O que é o dinheiro?

*Qualquer pessoa, menos um economista, sabe o que quer dizer “dinheiro”, e até mesmo um economista é capaz de descrevê-lo ao longo de um capítulo ou mais.*

A. H. QUIGGING, A SURVEY OF PRIMITIVE MONEY:  
THE BEGINNINGS OF CURRENCY [UMA PESQUISA SOBRE O  
DINHEIRO PRIMITIVO: O COMEÇO DA MOEDA], P. 1.

## A ilha do dinheiro de pedra

A ilha de Yap, no oceano Pacífico, era, no início do século xx, um dos lugares mais remotos e inacessíveis da Terra. Paraíso idílico e subtropical, aninhado em um minúsculo arquipélago nove graus ao norte da linha do Equador e a mais de trezentos quilômetros de Palau, o vizinho mais próximo, Yap permaneceu quase ignorada pelo mundo para além da Micronésia até as últimas décadas do século xix. É verdade que um breve momento de contato ocidental se deu em 1731, quando um grupo de intrépidos missionários católicos estabeleceu uma pequena base na ilha. No ano seguinte, porém, quando o navio que os abastecia voltou, descobriu-se que as ilhas de Yap, com seu clima ameno e palmeiras por toda parte, não se mostraram férteis para a pregação cristã. A missão inteira fora massacrada vários meses antes por feiticeiros locais, incomodados com a concorrência que a boa-nova representava. Yap foi abandonada à própria sorte pelos 140 anos seguintes.

Apenas em 1869 o primeiro entreposto comercial europeu — gerido pela empresa mercante alemã Godeffroy & Sons — foi criado no arquipélago de Yap. Passados alguns anos, tendo Godeffroy não apenas evitado a execução sumária mas até prosperado, a existência de Yap chamou a atenção dos espanhóis, que, por conta de seus ter-

ritórios coloniais nas Filipinas — a meros mil quilômetros a oeste dali —, se consideraram senhores naturais daquela parte da Micronésia. A Espanha reivindicou as ilhas e pensou que sua posse fosse fato consumado quando, no verão de 1885, ali erigiu uma casa e instalou um governador. Não contava, porém, com a tenacidade da Alemanha de Bismarck em questões de política externa. Nenhuma ilha era pequena o bastante, ou remota o bastante, para não merecer a atenção do ministro das Relações Exteriores do império, se isso representasse uma adição potencial ao poderio alemão. A propriedade de Yap tornou-se objeto de uma disputa internacional. Por fim, a questão foi remetida — um tanto ironicamente, se considerarmos o histórico — à arbitragem do papa, que concedeu o controle político à Espanha, mas plenos direitos comerciais à Alemanha. O Chanceler de Ferro riu por último, contudo. Uma década e meia depois, a Espanha perdeu uma guerra danosa contra os Estados Unidos pelo controle das Filipinas, acabando com suas ambições no Pacífico. Em 1899, a Espanha vendeu Yap à Alemanha pelo total de 3,3 milhões de dólares.

A anexação de Yap pelo Império Alemão trouxe um grande benefício: chamou a atenção mundial para um dos sistemas monetários mais interessantes e incomuns da história. Mais especificamente, mostrou-se o catalisador da visita de um aventureiro norte-americano excêntrico e brilhante, William Henry Furness III. Herdeiro de uma família influente da Nova Inglaterra, Furness fez residência médica antes de se converter à antropologia e adquirir fama com um relato de suas viagens a Bornéu. Em 1903, fez uma visita de dois meses a Yap e, alguns anos depois, publicou um amplo estudo sobre sua composição social e física.<sup>1</sup> De cara, ficou impressionado ao ver o quanto Yap era mais remota e intocada que Bornéu. Apesar de ser uma ilha minúscula, com apenas alguns milhares de habitantes — “que pode ser percorrida em toda a sua largura e comprimento em um dia de caminhada”, como descreveu —, Yap revelou possuir uma sociedade notavelmente complexa. Havia um sistema de castas, com uma tribo de escravos e sociedades fechadas representadas por fraternidades de pesca e de luta. Havia uma tradição riquíssima de

dança e música, que Furness registrou para a posteridade com gosto especial. Havia uma religião nativa vibrante — como os missionários descobriram às próprias custas —, com direito a um intrincado mito da criação do mundo, que atribuía a origem dos yapeses a uma craca gigante presa num tronco à deriva. Mas sem sombra de dúvida a coisa mais extraordinária que Furness descobriu em Yap foi o sistema monetário.

Seria difícil qualificar como desenvolvida a economia de Yap, tal como se encontrava. O mercado compreendia meros três produtos — peixe, cocos e o único luxo de Yap, pepinos-do-mar. Não havia nenhuma outra mercadoria de troca digna de menção, nenhuma agricultura, artesanato escasso; os únicos animais domesticados eram porcos e, desde a chegada dos alemães, alguns gatos; e pouco contato ou comércio com forasteiros havia ocorrido. Impossível encontrar uma economia mais simples e isolada. Devido a essas condições antediluvianas, Furness não esperava encontrar nada mais sofisticado que o mero escambo. Realmente, como ele anotou, “em uma terra em que a comida, a bebida e as roupas prêt-à-porter dão em árvores e só precisam ser colhidas”, não seria impossível que até o escambo propriamente dito representasse uma sofisticação supérflua.<sup>2</sup>

O oposto revelou-se verdadeiro. Yap tinha um sistema altamente desenvolvido de dinheiro. Impossível que passasse despercebido a Furness assim que ele pôs os pés na ilha, porque a cunhagem era extremamente incomum. Consistia em *fei* — “rodas de pedra grandes, sólidas e espessas, cujo diâmetro vai de trinta centímetros a quatro metros, tendo ao centro um buraco cuja dimensão varia conforme o diâmetro da pedra, dentro do qual se pode inserir uma trave, comprida e forte o suficiente para suportar seu peso e facilitar seu transporte”.<sup>3</sup> Esse dinheiro de pedra vinha originalmente das pedreiras de Babelthuap, uma ilha a cerca de quinhentos quilômetros, em Palau, e havia sido levado para Yap em sua maior parte muito tempo antes, segundo se dizia. O valor das moedas dependia, sobretudo, de seu tamanho, mas também da fineza da granulação e da brancura da pedra calcária.



De início, Furness achou que essa forma esquisita de moeda poderia ter sido escolhida por causa de sua extraordinária importabilidade, e não apesar dela: “Quando são necessários quatro homens fortes para roubar o valor de um porco, ser assaltante pode mostrar-se apenas uma ocupação um tanto desmotivante”, conjecturou. “Como é de esperar, quase não se tem notícia de roubos de *fei*.”<sup>4</sup> Mas, à medida que o tempo passou, ele observou que o transporte físico de *fei* de uma casa para outra era, na verdade, raro. Diversas transações ocorriam — mas as dívidas assumidas, em geral, simplesmente se anulavam umas às outras, com qualquer dívida pendente sendo levada adiante na expectativa de alguma troca futura. Até quando se considerava que alguma conta em aberto devia ser acertada, era pouco comum que se trocasse *fei* fisicamente. “A característica notável dessa moeda de pedra”, escreveu Furness,

é que seu proprietário não precisa reduzi-la a uma posse. Depois de concluir uma negociação cujo valor é elevado demais para que um *fei* seja transportado de forma conveniente, seu novo proprietário se contenta em aceitar o mero reconhecimento da propriedade, e, sem uma marca sequer que indique o escambo, a moeda permanece sem ser incomodada nas instalações de seu proprietário anterior.<sup>5</sup>

Quando Furness exprimiu seu espanto em relação a esse aspecto do sistema monetário de Yap, seu guia lhe contou uma história ainda mais surpreendente:

Havia no vilarejo vizinho uma família cuja riqueza não era questionada — por todos reconhecida — e no entanto ninguém, nem mesmo a própria família, jamais pusera as mãos nessa riqueza; ela consistia num enorme *fei*, cujo tamanho só era sabido por tradição; fazia duas ou três gerações que ele jazia, e assim permanecia, no fundo do mar!<sup>6</sup>

Aquele *fei*, descobriu-se depois, estava num navio que naufragara numa tempestade, muitos anos antes, vindo de Babelthuap. No entanto,

era universalmente reconhecido [...] que o simples acaso de sua perda no mar era trivial demais para ser mencionado, e que algumas centenas de metros de água em alto-mar não afetavam seu valor de mercado [...]. O poder de compra daquela pedra permanece, portanto, tão válido quanto se estivesse encostado na parede da casa do proprietário, e representa riqueza potencial tanto quanto o ouro escondido por um avarento na Idade Média, ou como nossos dólares de prata guardados no Tesouro em Washington, que nunca vemos ou tocamos, mas com os quais fazemos negócios por força de um certificado impresso atestando que lá se encontram.<sup>7</sup>

Quando o excêntrico relato de viagem de Furness foi publicado, em 1910, era pouco provável que chamasse atenção entre os economistas. Mas um exemplar acabou por chegar às mãos dos editores

do *Economic Journal*, da Royal Economic Society, que encarregaram para resenhá-lo um jovem economista de Cambridge, recém-cedido ao Tesouro britânico em missão de guerra: um certo John Maynard Keynes. O homem que, nas duas décadas seguintes, revolucionaria a compreensão do dinheiro e das finanças mundiais ficou atônito. O livro de Furness, escreveu ele, “nos colocou em contato com um povo cujas ideias a respeito da moeda são, provavelmente, mais filosóficas que as de qualquer outro país. A prática moderna em relação às reservas de ouro tem muito a aprender das práticas mais lógicas da ilha de Yap”.<sup>8</sup> A razão pela qual o maior economista do século xx acreditava que o sistema monetário de Yap comportava lições tão importantes e universais é o tema deste livro.

## Mentes extraordinárias pensam igual

O que é o dinheiro e de onde ele vem?

Alguns anos atrás, em um bar, fiz essas duas perguntas a um velho amigo — um empresário bem-sucedido com um negócio próspero no setor de serviços financeiros. Ele respondeu com uma história conhecida. Nos tempos primitivos, não havia dinheiro — apenas escambo. Quando alguém precisava de algo que não podia produzir por conta própria, tinha de encontrar alguém que possuísse aquela coisa e que estivesse disposto a trocá-la por aquilo que você produzisse. Naturalmente, o problema com esse sistema de escambo é que era muito ineficiente. Você tinha de encontrar outra pessoa que tivesse exatamente aquilo que você queria, e que por sua vez quisesse exatamente o que você tinha — mais do que isso, ambos exatamente ao mesmo tempo. Por isso, em algum momento, surgiu a ideia de escolher uma coisa que servisse como “meio de troca”. Essa coisa podia, em princípio, ser qualquer coisa — desde que, por consenso geral, fosse aceita como pagamento universalmente. Na prática, porém, o ouro e a prata sempre foram as opções mais comuns, porque são duráveis, maleáveis, portáteis e raros. Em todo caso, o que quer que fosse, essa coisa passou a ser desejada, daquele momento em diante,

não apenas por seu valor intrínseco, mas porque podia ser usada para comprar outras coisas e para armazenar riqueza para o futuro. Essa coisa, em suma, era o dinheiro — e é daí que vem o dinheiro.

É uma história simples e poderosa. E, como expliquei a meu amigo, é uma teoria da natureza e das origens do dinheiro com um pedigree muito antigo e distinto. Uma versão dela pode ser encontrada na *Política* de Aristóteles, a mais antiga discussão sobre o assunto em todo o cânone ocidental.<sup>9</sup> É também a teoria formulada por John Locke, o pai do liberalismo político clássico, em seu *Segundo tratado sobre o governo civil*.<sup>10</sup> Para completar, é a mesma teoria — quase literalmente — defendida por ninguém menos que Adam Smith, no capítulo “A origem e o uso do dinheiro” do texto fundador da economia moderna, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*:

Quando a divisão do trabalho estava apenas em seu início, este poder de troca deve ter deparado frequentemente com grandes empecilhos. [...] O açougueiro tem consigo mais carne do que a porção de que precisa para seu consumo, e o cervejeiro e o padeiro estariam dispostos a comprar uma parte do produto. Entretanto, não têm nada a oferecer em troca, a não ser os produtos diferentes de seu trabalho ou de suas transações comerciais, e o açougueiro já tem o pão e a cerveja de que precisa para seu consumo. [...] A fim de evitar o inconveniente de tais situações, toda pessoa prudente, em qualquer sociedade e em qualquer período da história, depois de adotar pela primeira vez a divisão do trabalho, deve naturalmente ter se empenhado em conduzir seus negócios de tal forma que a cada momento tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu próprio trabalho, certa quantidade de alguma outra mercadoria — mercadoria tal que, em seu entender, poucas pessoas recusariam receber em troca do produto de seus próprios trabalhos.<sup>11</sup>

Smith compartilhava até o agnosticismo do meu amigo em relação à mercadoria que deveria ser escolhida para servir de dinheiro:

Provavelmente, muitas foram as mercadorias sucessivas a ser cogitadas e também utilizadas para esse fim. Nas épocas de sociedade primiti-

va, afirma-se que o instrumento generalizado para trocas comerciais foi o gado. [...] Na Abissínia, afirma-se que o instrumento comum para comércio e trocas era o sal; em algumas regiões da costa da Índia, o instrumento era um determinado tipo de conchas; na Terra Nova era o bacalhau seco; na Virgínia, o fumo; em algumas das nossas colônias das Índias Ocidentais, o açúcar; em alguns outros países, peles ou couros preparados; ainda hoje — segundo fui informado — existe na Escócia uma aldeia em que não é raro um trabalhador levar pregos em vez de dinheiro quando vai ao padeiro ou à cervejaria.<sup>12</sup>

E, como meu amigo, Smith também acreditava que ouro, prata e outros metais eram, em geral, as escolhas mais naturais:

Entretanto, ao que parece, em todos os países as pessoas acabaram sendo levadas por motivos irresistíveis a atribuir essa função de instrumento de troca preferivelmente aos metais, acima de qualquer outra mercadoria. Os metais apresentam a vantagem de poder ser conservados, sem perder valor, com a mesma facilidade que qualquer outra mercadoria, por ser difícil encontrar outra que seja menos perecível; não somente isso, mas podem ser divididos, sem perda alguma, em qualquer número de partes, já que eventuais fragmentos perdidos podem ser novamente recuperados pela fusão — uma característica que nenhuma outra mercadoria de durabilidade igual possui, e que, mais do que qualquer outra, torna os metais aptos como instrumentos para o comércio e a circulação.<sup>13</sup>

Eu disse, então, ao meu amigo que ele estava de parabéns. Sem ter formação em economia, tinha chegado à mesma teoria do grande Adam Smith. Mas não parava por aí, expliquei a ele. Tal teoria sobre a origem e a natureza do dinheiro é mais que uma simples curiosidade histórica, como o modelo astronômico geocêntrico de Ptolomeu — um conjunto de hipóteses obsoletas, superadas há muito por teorias mais modernas. Pelo contrário, ela pode ser encontrada, hoje, em quase todos os livros canônicos de economia.<sup>14</sup> Mais do que isso, nos últimos sessenta anos suas ideias fundamentais representaram o

pilar de um extenso corpus de estudos detalhados a respeito de questões monetárias, tanto teóricos quanto empíricos. Com base em seus pressupostos, os economistas formularam sofisticados modelos matemáticos — a fim de investigar por que, exatamente, uma mercadoria dentre todas é escolhida como moeda e o quanto dela as pessoas desejam reter — e construíram um amplo aparato analítico para explicar cada aspecto referente ao valor e ao uso do dinheiro. A teoria forneceu ainda a base de um dos ramos da economia — conhecido como “macroeconomia” —, que busca explicar expansões e retrações da economia e dar conselhos para mitigar esses chamados ciclos econômicos pela gestão das taxas de juros e dos gastos governamentais. Resumindo, as ideias do meu amigo não eram apenas conversa de bar. Continuam a ser, basicamente, tanto entre leigos quanto entre especialistas, a teoria monetária convencional.

Àquela altura, meu amigo já estava transbordando de regozijo. “Eu sei que sou genial”, disse, com a modéstia habitual, “mas ainda assim me espanta que eu, um completo leigo, possa me alçar ao nível das mentes mais brilhantes do pensamento econômico, sendo que até hoje nunca tinha me preocupado com o assunto. Não lhe faz pensar que você talvez tenha desperdiçado todos esses anos estudando para tirar o diploma?” Tive de concordar que era algo que certamente causa desconforto. Mas não por ele ter sacado a teoria sem nenhuma formação em economia. E sim pelo contrário, porque nós, que tivemos *anos e anos* de formação, regurgitamos essa teoria. Pois, por mais simples e intuitiva que seja, a teoria monetária convencional tem um defeito. Está inteiramente errada.

## Economia da idade da pedra?

John Maynard Keynes tinha razão a respeito de Yap. A descrição que William Henry Furness fez da curiosa moeda de pedra da ilha pode, à primeira vista, parecer nada além de uma nota de rodapé pitoresca na história do dinheiro. Mas ela põe a teoria monetária convencional diante de questões complicadas. Veja, por exemplo, a ideia de que

o dinheiro surgiu do escambo. Quando Aristóteles, Locke e Smith afirmaram isso, fizeram-no puramente com base na lógica dedutiva. Nenhum deles tinha testemunhado uma economia que funcionasse inteiramente por meio do escambo. Mas parecia plausível que tal sistema tivesse existido no passado; e, caso tenha existido, também parecia plausível que ele fosse tão insatisfatório que alguém tentaria bolar um jeito de melhorá-lo. Nesse contexto, o sistema monetário de Yap surge como uma relativa surpresa. Era uma economia tão simples que, em tese, deveria funcionar com o escambo. E, no entanto, não: ela tinha um sistema monetário completamente desenvolvido. Yap podia ser uma exceção à regra. Mas se uma economia tão rudimentar já possuía o dinheiro, então onde e quando seria possível encontrar uma economia de escambo?

Durante um século, desde a publicação do relato de Furness sobre Yap, essa pergunta intrigou os estudiosos. À medida que se acumulavam evidências históricas e etnográficas, Yap foi deixando de parecer uma anomalia. Por mais que se buscasse, pesquisador algum foi capaz de encontrar uma sociedade, antiga ou contemporânea, que fizesse comércio regular por escambo. Nos anos 1980, os principais antropólogos do dinheiro deram como definitivo o veredicto. Em 1982, o acadêmico americano George Dalton escreveu: “O escambo, no sentido estrito de troca comercial sem dinheiro, nunca foi um modo de transação dominante ou quantitativamente importante em qualquer sistema econômico passado ou presente sobre o qual tenhamos informações sólidas”.<sup>15</sup> A antropóloga Caroline Humphrey, de Cambridge, concluiu: “Nenhum exemplo de economia de escambo, pura e simples, jamais foi descrito, muito menos o surgimento, a partir dela, do dinheiro; toda a etnografia disponível indica que jamais existiu tal coisa”.<sup>16</sup> Essa ideia começou a se infiltrar até entre as parcelas intelectualmente mais aventureiras da profissão de economista. Por exemplo, o norte-americano Charles Kindleberger, grande historiador da economia, escreveu na segunda edição de sua *Financial History of Western Europe* [História financeira da Europa Ocidental], publicada em 1993, que

ocasionalmente, os historiadores da economia sustentaram que a evolução no intercâmbio econômico passou de uma economia natural, ou de escambo, para uma economia monetária, e, por fim, a uma economia de crédito. Essa visão foi proposta, por exemplo, em 1864, por Bruno Hildebrand, da escola alemã de economia histórica; ocorre que ela está errada.<sup>17</sup>

No começo do século XXI, um raro consenso acadêmico foi alcançado entre aqueles com interesse nas evidências empíricas de que era falsa a ideia preconcebida de que o dinheiro nasceu do escambo. Como explicou, com termos duros, o antropólogo David Graeber, em 2011: “Ao passo que não há evidência nenhuma de que isso um dia ocorreu, também há uma enorme quantidade de evidências de que não ocorreu”.<sup>18</sup>

No entanto, a história de Yap não representa apenas um desafio à versão da teoria ortodoxa sobre a origem do dinheiro. Também levanta sérias dúvidas a respeito de seu conceito do que realmente é o dinheiro. A teoria ortodoxa sustenta que o dinheiro é uma “coisa” — uma mercadoria escolhida dentre um universo de mercadorias para servir como meio de troca — e que a essência da troca monetária é a permuta de bens e serviços por essa mercadoria/ meio de troca. Mas o dinheiro de pedra de Yap não se encaixa nesse esquema. Em primeiro lugar, é difícil acreditar que alguém pudesse ter escolhido “rodas de pedra grandes, sólidas e espessas, com diâmetro compreendido entre trinta centímetros e quatro metros” como meio de troca — já que, na maioria dos casos, movê-las seria mais difícil que mover as coisas sendo negociadas. Mais preocupante que isso: ficou claro que os *fei* não eram um meio de troca no sentido de uma mercadoria cambiável por qualquer outra — uma vez que, na maior parte do tempo, nem eram trocados. Na verdade, no caso do famigerado *fei* que afundou, ninguém sequer havia visto a moeda em questão, muito menos a passou adiante como meio de troca. Sem sombra de dúvida, os habitantes de Yap tinham uma curiosa indiferença pela sina dos *fei* propriamente ditos. A essência de seu sistema monetário não eram as moedas de pedra usadas como meio de troca, mas outra coisa.



Uma reflexão mais profunda sobre a visão de Adam Smith a respeito das mercadorias escolhidas como meio de troca indica que os habitantes de Yap tinham descoberto alguma coisa. Segundo Smith, em diferentes épocas e lugares, diversas mercadorias foram escolhidas para servir de dinheiro: bacalhau salgado em Terra Nova, atual Canadá; fumo na Virgínia; açúcar nas Índias Ocidentais; e até pregos na Escócia. No entanto, suspeitas em relação ao valor de alguns desses exemplos já eram aventadas uma ou duas gerações depois da publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith. O financista norte-americano Thomas Smith, por exemplo, argumentou no seu *Essay on Currency and Banking* [Ensaio sobre a moeda e os bancos], em 1832, que, embora Adam Smith acreditasse que essas histórias representavam evidências do uso de mercadorias como meio de troca, na verdade elas nada tinham a ver com isso.<sup>19</sup> Em cada um desses casos, tratava-se de exemplos de comércio contabilizado em libras, xelins e *pence*, como na Inglaterra moderna. Os vendedores registravam créditos em seus livros, e os compradores, dívidas — todos representados em unidades monetárias. O fato de que alguma diferença líquida que restasse entre eles pudesse ser acertada com o pagamento de alguma mercadoria ou algo semelhante no valor da dívida não significava que essa mercadoria fosse “dinheiro”. Atentar para o pagamento em mercadoria, e não para o sistema de crédito e compensação por trás dele, era interpretar tudo às avessas. Assim, considerar que a própria mercadoria era o dinheiro, como fez Adam Smith, poderia fazer sentido à primeira vista, mas se revelaria absurdo no fim das contas. Alfred Mitchell Innes, autor de duas obras-primas subestimadas sobre a natureza do dinheiro, resumiu de forma crua mas precisa o problema com a história do dinheiro-bacalhau de Terra Nova, contada por Adam Smith:

Uma breve reflexão mostra que uma mercadoria básica não poderia ser usada como dinheiro, pois *ex hypothesi* o meio de troca é igualmente recebível por todos os membros da comunidade. Assim, se os pescadores pagassem em bacalhau pelos seus suprimentos, os negociantes também teriam de pagar pelo bacalhau com bacalhau, um evidente absurdo.<sup>20</sup>

Se os *fei* de Yap não eram um meio de troca, então o que eram? Para ser mais preciso, se não era o *fei*, o que era de fato o dinheiro em Yap? A resposta de ambas as perguntas é incrivelmente simples. O dinheiro de Yap não era o *fei*, mas o sistema subjacente de contas de crédito e compensação que ele ajudava a controlar. Os *fei* não passavam de símbolos com os quais essas contas eram registradas. Como em Terra Nova, os habitantes de Yap acumulavam créditos e dívidas no comércio de peixe, cocos, porcos e pepinos-do-mar. Para acertar os pagamentos, uns compensavam outros. Qualquer pendência ao fim de determinada troca, de um dia ou de uma semana, podia ser acertada pela troca de uma moeda de valor apropriado, se as partes assim desejassem — um *fei*, registro visível e tangível do crédito pendente de que o vendedor gozava perante o resto de Yap. Moedas e divisas, em outras palavras, são símbolos úteis no registro do sistema subjacente de contas de crédito e na implementação do processo de compensação subjacente. Podem até ser necessárias em uma economia maior que a de Yap, onde moedas podiam cair no fundo do oceano, que nem assim alguém questionaria a riqueza de seu possuidor. Mas uma moeda não é, em si, dinheiro. Dinheiro é o sistema de contas de crédito e compensação representado pela moeda.

Se isso soa natural — e até óbvio — para o leitor atual, é porque é assim mesmo. Afinal, pensar na moeda como uma mercadoria e na troca monetária como a permuta de bens por um meio de troca tangível pode ter sido intuitivo no tempo em que as moedas eram cunhadas com metais preciosos. Pode até ter feito sentido no tempo em que a lei outorgava ao detentor de uma nota do banco central norte-americano ou inglês o direito de apresentá-la na Constitution Avenue ou na Threadneedle Street\* e resgatar certa quantidade de ouro em troca. Mas esses dias acabaram há muito tempo. Nos regimes monetários atuais, não há ouro algum servindo de lastro a dólares, libras ou euros — e não há nenhuma lei que regule a troca deles por ouro. As cédulas atuais claramente não são nada além de símbolos.

---

\* Endereços respectivos do Federal Reserve e do Banco da Inglaterra. (N. T.)

Além disso, a maior parte da moeda em nossas economias contemporâneas nem sequer existe fisicamente como cédula. A maioria esmagadora da nossa moeda nacional — cerca de 90% nos Estados Unidos, por exemplo, e 97% no Reino Unido — não carece de nenhuma existência física.<sup>21</sup> É representada simplesmente por nossas contas bancárias. Hoje, na maioria dos pagamentos monetários, os únicos dispositivos tangíveis são um cartão de plástico e um teclado. Só um teórico muito corajoso tentaria sustentar que um par de microchips e uma conexão WiFi são uma mercadoria usada como meio de troca.

Por uma estranha coincidência, John Maynard Keynes não é o único gigante da economia do século xx a louvar os habitantes de Yap pela compreensão clara da natureza do dinheiro. Em 1991, aos 79 anos, Milton Friedman — que muito provavelmente não compartilhava a ideologia de Keynes — também topou com o livro obscuro de Furness. Da mesma forma, exaltou Yap por ter escapado da cunhagem, obsessão comum mas pouco sadia, e por ter reconhecido, com sua indiferença à moeda física, que o dinheiro não é uma mercadoria, mas um sistema de crédito e compensação. Ele escreveu:

Durante mais de um século, o mundo “civilizado” enxergou como manifestação de sua riqueza metais desencavados do solo profundo, refinados com enorme esforço e transportados a longas distâncias apenas para serem reenterrados em sofisticadas e profundas caixas-fortes. Será mesmo que essa prática é mais racional que a outra?<sup>22</sup>

Ser louvado por um dos dois maiores economistas monetários do século xx pode ser visto como sorte; ser louvado pelos dois merece atenção.